



PLANO DE PESQUISA

Título do Projeto: Conecta Portão: acessibilidade digital para o esporte e lazer inclusivos

Nomes do(a)s aluno(a)s: Gabriel e Leonardo

Professor(a) Orientador(a): Carine Rodrigues da Silva

Professor(a) Coorientador(a):

Área: () Contabilidade () Eletrotécnica (X) Informática

1. JUSTIFICATIVA

A inclusão de deficientes físicos em atividades esportivas e de lazer é um desafio ainda presente na sociedade, especialmente em cidades menores, como Portão. A falta de espaços adaptados e escassez de informações acessíveis dificultam a participação dessas pessoas em eventos esportivos e sociais. Nesse contexto, o projeto propõe o desenvolvimento de um site acessível e intuitivo, que facilite o acesso a informações sobre locais adaptados e eventos inclusivos na cidade.

O site oferecerá uma plataforma que facilite a busca por espaços adequados às suas necessidades, além de se conectarem com grupos e atividades que promovam a interação social e a prática esportiva. Com essa ferramenta, espera-se aumentar a visibilidade da causa, incentivar melhorias na infraestrutura urbana e fortalecer a inclusão por meio da tecnologia.

2. PROBLEMA IDENTIFICADO

Como um site pode contribuir para a inclusão dos deficientes físicos em atividades esportivas e de lazer na cidade de Portão?

3. HIPÓTESE

O site apresenta aos deficientes físicos uma forma de serem incluídos na cidade de Portão, praticando esportes físicos ou participando de atividades sociais e de lazer. Esse site contará com recursos para facilitar a busca por grupos ou eventos sociais, conectando pessoas com interesses semelhantes e fornecendo apoio para aqueles que desejam praticar esportes, independentemente de suas habilidades ou limitações físicas. Essa inclusão pode impulsionar a conscientização sobre as necessidades dos deficientes e incentivar a implementação de locais mais acessíveis em Portão, oferecendo encorajamento e oportunidades a eles.

Além disso, o site pode servir para inspirar gestores públicos e instituições, fornecendo dados sobre as demandas das pessoas com deficiência física nas cidades. Dessa forma, o projeto pode não apenas auxiliar diretamente os usuários, mas também incentivar políticas públicas voltadas para a ampliação da acessibilidade e inclusão social.

4. OBJETIVOS

Objetivo geral:

Desenvolver um site que promova a inclusão de deficientes físicos na cidade de Portão, possibilitando um acesso facilitado a atividades esportivas, sociais e de lazer, facilitando acesso a informações sobre espaços acessíveis e eventos inclusivos

Objetivos específicos:

- 1) Pesquisar sobre a realidade da acessibilidade em espaços de lazer e esporte na comunidade de Portão
- 2) Desenvolver um site com recursos de acessibilidade digital
- 3) Promover divulgação do site em escolas, centros comunitários e redes sociais

5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

5.1 A inclusão da Pessoa com Deficiência na Sociedade

Historicamente, pessoas com deficiência foram marginalizadas e excluídas dos espaços sociais, educacionais e culturais. Essa exclusão não foi apenas física, mas também simbólica, baseada na percepção de que essas pessoas seriam incapazes de participar plenamente da vida em sociedade. Segundo Maciel(2000, p. 1):

A estrutura das sociedades desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade.

Essa exclusão histórica gerou desigualdades profundas e afetou o direito dessas pessoas de viver com autonomia e dignidade.

Nas últimas décadas, a forma como a sociedade enxerga a deficiência vem mudando bastante. Antes, ela era vista na maioria das vezes apenas como um problema pessoal do indivíduo, ligado ao corpo ou à saúde, algo que deveria ser "consertado". Hoje, essa visão tem sido ampliada. Passamos a entender que a exclusão das pessoas com deficiência não se deve apenas às limitações físicas, mas também às barreiras sociais, culturais e até mesmo ao modo como os espaços e serviços foram pensados. Para Sassaki (2003), inclusão significa justamente adaptar a sociedade para que todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam participar com igualdade, seja na escola, no trabalho, no lazer ou em qualquer outro ambiente.

No Brasil, um marco fundamental nesse processo foi a criação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece direitos à educação, ao trabalho, ao transporte, ao lazer, à cultura e à acessibilidade, reforçando o princípio da igualdade de oportunidades. Apesar dos avanços, os desafios na prática ainda são inúmeros. A ausência de políticas públicas efetivas, a falta de infraestrutura urbana e, principalmente, o preconceito ainda presente na sociedade continuam a dificultar o exercício pleno da cidadania pelas pessoas com deficiência.

Maciel (2000, p. 1) aponta que:

Passos fundamentais devem ser dados para mudar o quadro de marginalização dessas pessoas, como: alteração da visão social; inclusão escolar; acatamento à legislação vigente; maiores verbas para programas sociais; uso da mídia, da cibercultura e de novas tecnologias.

Esses passos são essenciais para que a inclusão não seja apenas um discurso, mas uma realidade vivenciada no cotidiano.

É fundamental compreender que a inclusão não depende somente da construção de rampas ou do cumprimento da lei, mas de uma mudança cultural profunda, capaz de reconhecer o valor e a dignidade de todas as pessoas. Como destaca a própria Lei Brasileira de Inclusão, a acessibilidade deve ser universal, assegurando que todos possam usar espaços e serviços públicos em condições iguais.

Por isso, quando se fala em inclusão de pessoas com deficiência, também se fala no tipo de sociedade que se está construindo. Uma sociedade não pode excluir pessoas só porque as mesmas têm características diferentes. O que se espera é um convívio mais justo, onde todos tenham espaço para participar, cada um com suas próprias formas de viver, se comunicar e se mover.

5.2 O direito ao lazer e ao esporte como fator de inclusão

O lazer e o esporte são direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), sendo muito importantes para a promoção da dignidade e da participação das pessoas com deficiências físicas na sociedade. A participação em atividades esportivas e culturais contribui significativamente para o desenvolvimento físico, psicológico e social desses indivíduos, promovendo sua inclusão na sociedade.

Santos e Silva (2012) destacam que, embora existam legislações que garantam o acesso ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência, ainda é necessário um olhar crítico sobre como esses direitos estão sendo efetivamente proporcionados. Os autores ressaltam que "barreiras físicas e socioculturais podem ser agravadas pelas barreiras atitudinais em relação às pessoas com deficiência", indicando que a inclusão não depende apenas de adaptações físicas, mas também de mudanças nas atitudes e percepções sociais.

A prática esportiva deve considerar as capacidades, necessidades e limitações de cada pessoa, promovendo a inclusão e a participação de todos, com ou sem deficiência.

Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas sejam efetivamente implementadas e fiscalizadas, garantindo que os espaços de lazer e esporte sejam acessíveis e inclusivos.

Além disso, é importante que haja investimentos em programas sociais e no uso de tecnologias assistivas que facilitem a participação das pessoas com deficiência em atividades esportivas e culturais.

Portanto, o direito ao lazer e ao esporte deve ser efetivado por meio de ações concretas que tornem os espaços mais acessíveis e respeitem as diferenças, o que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

5.3 Barreiras à Acessibilidade em Cidades de Pequeno Porte

A acessibilidade nas cidades é um direito básico, principalmente para quem tem alguma deficiência ou dificuldade de locomoção. Mas, na prática, isso ainda é um grande desafio, principalmente em cidades menores.

Battisti (2015) fez um estudo sobre a cidade e mostrou que, mesmo existindo leis para garantir a acessibilidade, a realidade ainda está longe do ideal. As calçadas e os prédios públicos têm muitos problemas de estrutura, e até quem não tem nenhuma deficiência já encontra dificuldade para circular com segurança.

A autora também aponta que, em cidades pequenas, a fiscalização costuma ser fraca e a acessibilidade acaba ficando em segundo plano, principalmente quando o número de moradores com deficiência é pequeno. Isso faz com que os problemas se acumulem e a inclusão continue sendo mais um discurso do que uma realidade.

Além dos problemas físicos, como a falta de rampas e sinalizações adequadas, ainda existe muito preconceito e falta de informação. Muitas vezes, o que mais atrapalha não é a estrutura, mas a forma como as pessoas enxergam quem é diferente. Isso só reforça a exclusão.

Por isso, é importante investir na formação de profissionais, na melhoria da infraestrutura urbana e, principalmente, na conscientização da população. Só assim as pessoas com deficiência vão ter liberdade e autonomia para viver com mais segurança e participar da comunidade como qualquer outra pessoa.

5.4 Plataformas Digitais como Ferramentas de Inclusão Social

As tecnologias digitais vêm transformando a maneira como a sociedade se organiza, interage e acessa direitos. Quando bem planejadas, plataformas digitais se tornam ferramentas muito eficientes e de fácil acesso para a inclusão, principalmente para pessoas que enfrentam barreiras de mobilidade, comunicação ou informação, como é o caso das pessoas com deficiência física.

Nesse contexto, sites e aplicativos com foco em acessibilidade e participação social promovem não apenas a autonomia dos usuários, mas também a ampliação de oportunidades de integração com a comunidade. Um site que mapeia locais acessíveis e eventos inclusivos, como o proposto neste projeto, se alinha à tendência de uso da tecnologia como meio de reduzir desigualdades estruturais.

Segundo Bernal-Meneses et al. (2019, p. 10)

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), usadas com imaginação e criatividade, podem funcionar como varas que nos permitem saltar fronteiras e obstáculos entre o espaço dos incluídos e o atribuído aos excluídos.

Essa afirmação reforça a ideia de que o acesso à informação e a ferramentas digitais pode influenciar diretamente o sentimento de pertencimento e integração das pessoas à sociedade.

Ao desenvolver uma plataforma digital que permita a troca de informações, avaliações e recomendações sobre locais acessíveis, cria-se uma rede colaborativa que estimula a participação ativa desses indivíduos em atividades culturais, esportivas e de lazer.

Portanto, a tecnologia, quando aplicada com foco na acessibilidade e na inclusão, deixa de ser um recurso neutro e passa a exercer um papel social transformador. Plataformas como a proposta neste projeto contribuem para que o direito à cidade, ao lazer e à mobilidade se torne uma realidade para todos.

6. METODOLOGIA

A metodologia deste projeto será baseada em pesquisa qualitativa, buscando entender os desafios enfrentados por pessoas com deficiência física na cidade de Portão no acesso a atividades esportivas e de lazer. Para isso, serão realizadas entrevistas com moradores que possuem deficiência, tendo como objetivo ouvir diretamente suas experiências, dificuldades e sugestões.

Além disso, o projeto contará com entrevistas com professores, profissionais da educação e pessoas que atuam em instituições da cidade, para entender como esse tema é tratado em diferentes espaços sociais. A partir desses relatos, será possível identificar os principais pontos que dificultam a inclusão e o acesso a espaços públicos.

Os dados coletados nas entrevistas serão analisados em conjunto com informações retiradas de artigos, pesquisas e leis voltadas à acessibilidade e inclusão. Com isso, o projeto terá base suficiente para organizar o conteúdo do site, que será desenvolvido pensando nas reais necessidades das pessoas com deficiência em Portão.

Todo o processo será feito de forma organizada, com etapas definidas e registro dos resultados, garantindo que o site seja útil, acessível e pensado para melhorar a qualidade de vida dos deficientes, que enfrentam inúmeras dificuldades no dia a dia.

7. CRONOGRAMA

ATIVIDADE	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
Elaboração do plano de pesquisa	X	X				
Entrega do plano de pesquisa			X			
Elaboração do primeiro capítulo do referencial teórico				X		
Elaboração do segundo capítulo do referencial teórico				X		
Elaboração do terceiro capítulo do referencial teórico				X		
Elaboração da Metodologia e análise de dados				X		
Resumo, introdução, conclusão e referências					X	
Envio do relatório para a comissão						X

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATTISTI, Claudiane Andréia. Análise das condições de acessibilidade e mobilidade em cidades de pequeno porte: estudo de caso em Gramado Xavier - RS. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1127/1/Claudiane%20Andr%C3%A9ia%20Battisti.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

BERNAL-MENESES, L.; GABELAS-BARROSO, J. A.; MARTA-LAZO, C. As tecnologias da relação, informação e comunicação (TRIC) como ferramentas de inclusão social.

Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 23, e180149, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/swpXYvZ4jFpqFc94McjcqHD/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 mai. 2025.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 2, p. 15-20, 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

SANTOS, E. M.; SILVA, M. A. Acessibilidade ao esporte, cultura e lazer para pessoas com deficiência. *Cadernos de Pós-Graduação em Direito*, v. 12, n. 2, p. 1-15, 2012. Disponível

em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/11217/6951>. Acesso em: 14 mai. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.